

# SOBRE A MENTIRA NA POLÍTICA E SUAS MANIFESTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: REFLEXÕES EM DIÁLOGO COM O VIÉS DE HANNAH ARENDT

*Kelly Janaína Souza da Silva*

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho<sup>1</sup>

**Resumo:** Arendt tinha ciência de que a dissidência entre moral e política é tão antiga e complexa que se torna inviável encetar qualquer debate conclusivo, denunciar os abusos em nome dela ou esperar alterações e soluções. Sendo assim, é possível afirmar que tratar sobre a questão da “mentira na política” em sua obra não se refere, necessariamente, a fazer uma denúncia moral, mas antes, realizar um exame sobre as decorrências dela no domínio político. Tendo isso em mente, o objetivo desse ensaio é propor reflexões sobre a mentira na política a partir dos preceitos arendtianos, aditando, no entanto, como a mentira organizada se desenvolve em contextos contemporâneos. A cena política atual se compõe, na maioria dos países da civilização ocidental, por democracias deliberativas, e um governo que se pretende democrático deve ter, por regra, a transparência, e a mentira como exceção. Assim, o objetivo da verdade, – aqui compreendida enquanto verdade fatural, e não objetiva – é informar da melhor maneira a sociedade, a conduzindo à ordem, enquanto a mentira a dirige para a desorientação, o descrédito e o cinismo. Junte-se a isso o fato de que as mentiras contemporâneas podem contar com o auxílio das modernas mídias e redes sociais, e tem-se que a troca de informações, organização e formação de grupos de opinião, além do desenvolvimento de novas maneiras de divulgação e contestação da realidade dada, assumem proporções e velocidade desmedidos. Dessa forma, acredita-se que a obra de Arendt permita traçar um retrato contemporâneo no qual muitas de suas análises sobrevivem, revelando-se em caráter atual, e talvez de forma ainda mais perniciosa e assustadora. Nesse contexto, considera-se que olhar a questão da mentira na política em Arendt ajudará a reivindicar uma perspectiva crítica também em relação a acontecimentos políticos presentes, trazendo o assunto para o debate contemporâneo e destacando algumas de suas diversas manifestações atuais.

**Palavras-chave:** Mentira na política, verdade e política, domínio político, sociedade, Hannah Arendt.

**Abstract:** Arendt is aware that the dissent between morals and politics is so old and complex that it is impossible to start any debate or moral complaint about it. Thus, it is possible to say that dealing with the question of lying in politics in her work does not necessarily refer to making a moral complaint, but rather, to take an examination of its consequences in the contemporary public realm, which is composed, in most Western civilization, by deliberative democracies. A government that claims to be democratic, of course, should have transparency as its rule, and lying as an exception. Thus, the objective of truth – understood here as factual truth, and not an objective truth – is to inform the society in the best way,

---

<sup>1</sup> Pesquisa Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP - Processo número 2022/09768-8)

leading it to order, while lying directs it towards disorientation, discredit and cynicism. Add to this the fact that contemporary lies take on excessive proportions and speed because they can count on the help of modern media and social networks, and that there is the exchange of information, organization and formation of opinion groups, in addition to the development of new ways of dissemination and contestation of the given reality. In this sense, Arendt's work allows us to draw a contemporary portrait in which many of her analyzes survive, revealing themselves in a current character, and perhaps even more perniciously and frighteningly. In this context, the objective of this essay is to propose reflections on lies in politics based on Arendtian precepts, looking at the theme of lying in politics in Arendt to claim a critical perspective also in relation to current political events, bringing the subject into contemporary debate and highlighting some of its various current manifestations.

**Keywords:** Lie in politics, truth and politics, public realm, society, Hannah Arendt.

## **Introdução: a visão política arendtiana e a contemporaneidade**

O aumento da propaganda populista, o advento das notícias fraudulentas<sup>2</sup> e as teorias de conspiração no cenário político são acontecimentos não propriamente novos, mas que ganharam nova roupagem dado o fenômeno denominado “pós-verdade” e as novas ferramentas digitais de compartilhamento em massa de notícias e opiniões. Juntos, esses elementos integram uma nova ameaça à ação política e ao julgamento democrático, podendo borrar a própria linha entre realidade e fantasia. Nesse sentido, as análises de Hannah Arendt sobre a relação entre verdade e mentira na política são mais atuais do que nunca. A questão do uso instrumental da mentira na política ocupou um lugar central em seu pensamento político, que vai desde uma rica análise do evento totalitário até os diversos sentidos que a mentira vem atravessando no terreno da política moderna. Sendo assim, embora não seja possível, nem talvez necessário, discutir todos os aspectos da recepção contemporânea do trabalho de Arendt, pode ser relevante realçar alguns pontos-chave de sua admissão, uma vez que reside certa ambiguidade nesse acolhimento hodierno. Após breve apresentação da recepção contemporânea do pensamento de Arendt, adentraremos o tema propriamente dito da mentira

---

<sup>2</sup> A expressão *fake news* costuma ser traduzida para o português como “notícias falsas”. Entretanto, o sentido do adjetivo *fake*, em língua inglesa, sugere a intenção do agente em enganar o interlocutor, o público ou o destinatário. Desse modo, optou-se por utilizar a tradução sugerida pelo professor Carlos Eduardo Lins da Silva (USP, 2018 – utilizada pela primeira vez por Bucci, 2018), que traduz *fake news* por “notícias fraudulentas”.

na política, e sobre a sua passibilidade no domínio público a partir da obra da pensadora.

Num primeiro momento, portanto, existe a recepção arendtiana no círculo da Filosofia Política atual especialmente por autores que remontam à autonomia do âmbito público. O relevo de Arendt à ação política, isto é, a tendência de submeter a ação política individual ao comportamento coletivo, e sua defesa da insubordinação da esfera pública a interesses sociais e econômicos, vai ao encontro daqueles que observam essas e outras propriedades destacadas por Arendt como uma redução do fator político. O pensamento político de Arendt é capaz de sugerir um diálogo real com uma visão ampliada, o que pode ser visto como instrumento fundamental para o real exercício da democracia. Sua discussão implica, além disso, o resgate de uma relação política que se pretende livre de caráter autoritário, realçando a pluralidade e dando protagonismo ao ator político. Isto pode promover uma agenda política com questões proeminentes aos mais diversos grupos de interesses e necessidades – questão tão básica contemporaneamente.

Por outro lado, são esses mesmos pressupostos que se fazem objeto de crítica por outros vieses: se efetivada a exclusão da esfera social do âmbito público, o que restaria ao exercício político contemporâneo? Se a política atual se rege, basicamente, pela administração burocrática dos interesses econômicos, como se fundamentaria uma proposta política isenta dessa sistematização capitalizada? Quão real e quão idealista e utópica pode ser a vertente política antevista por Arendt? Nesse horizonte, não estaria sendo a pensadora excessivamente purista em suas posições?

Para Arendt, a política como canal de propósitos humanos comuns, tais como saúde, educação, assistencialismo ou infraestrutura urbana não está presente em seu trabalho. Beiner aponta que essas questões, para ela, parecem ser apontadas como “despolitização do real sentido da política ou instrumentalização do que a política deveria idealmente servir” (BEINER, 2008, p. 129), em uma maneira de sublimar a esfera pública. Outro fundamento importante de como Arendt vê a questão política é a sua menção a fatores tais como a vontade, o pensamento e o juízo. Nessa abordagem, a politóloga traz a concepção do político como um domínio além de consensos puramente racionais, pressupondo certo cultivo ao gosto – mas, de outra forma, a mesma teoria parece sugerir apenas um esboço pálido da ação política, com o esmaecimento, então, da política em si mesma. Por esse motivo, há certa desconfiança e resistência à plena recepção de Arendt em alguns meios da Filosofia Política contemporânea, pois a obra da pensadora também parece implicar em determinada estetização virtuosista da esfera

política que, mesmo sem querer, poderia descambar ao pensamento totalitário que ela mesma tanto condenou, e a um aparente idealismo excessivo.

Essa insistência em sustentar a política como autônoma de elementos integrantes do campo político moderno faz com que sua concepção de esfera pública seja vista como altamente exigente, negligenciando os múltiplos interesses que advêm das forças econômicas, das lutas sociais e minoritárias (muitas vezes, movidas ideologicamente) e desdenhosa do aspecto estratégico político, podendo ser interpretada como uma visão pura ou essencialista. Além disso, essa apreciação também contempla sua firme distinção entre os domínios público e privado, *citoyen* e *homme*, já que, para Arendt, certos assuntos não seriam apropriados a adentrar a vida pública, devendo restar à esfera privada. Isto é apontado por alguns teóricos como injustificadamente elitista ou essencialista, promovendo um reducionismo em sua concepção de espaço público (CONOLLY, 1991; HONIG, 1993), além de impedir que algumas questões (por exemplo, questões contemporâneas de gênero, lutas sociais, minorias) integrem a pauta política.

Nesse sentido, torna-se importante observar brevemente porque estudiosos da teoria democrática agonística, como Bonnie Honig e William Connolly, criticam o caráter “reducionista” e “aristocrático” da concepção arendtiana de espaço público, acusando Arendt de manter distinções elitistas ou essencialistas entre os domínios público e privado de forma injustificada. O principal conflito dessas discussões tem residido, justamente, no fato de que, grande parte do conteúdo da política democrática, pensada sob moldes arendtianos, se constitui propriamente no debate sobre quais questões são, de fato, de interesse público. Isto, porque a distinção proposta por Arendt entre os domínios público e privado soa como se houvesse uma barreira para que determinados assuntos fossem discutidos na esfera pública; barreira esta, que os teóricos pós-modernos querem que seja esmaecida, a fim de que assuntos tidos como “da esfera privada” sejam introduzidos na arena política. Villa (2000), por outro lado, aponta a distinção entre *homme* e *citoyen* feita por Arendt como uma estratégia teórica importante para que a política não seja compreendida como mera administração burocrática, e que isto não levaria, necessariamente, a uma predeterminação dos assuntos públicos.

Nesse trabalho, fugindo tanto às interpretações das correntes que têm a política arendtiana como pura ou essencialista, como das interpretações consensuais ou de inspiração neoaristotélica sobre o seu conceito de ação (VILLA, 1992, p. 275), argumenta-se que, para Arendt, os fins a que a política deva se propor são sempre mutáveis e jamais absolutos ou universais, uma vez que sua oposição à tirania da verdade reside justamente em não aceitar o

“atemporalmente bom”: os assuntos públicos devem derivar de um processo de discussão contínua entre os cidadãos e as cidadãs que compõem um espaço público, sendo frutos de debates que deem voz a várias aberturas de mundo. É essa a visão pluralista de Arendt que sustenta a liberdade como o sentido da política e que importa sempre que se sustente a política a partir do viés da pensadora.

Num outro sentido, os acontecimentos que acometem a política hodierna seguem com recorrentes práticas e ações governamentais que reverberam à violência, ao autoritarismo, ao preconceito e à exclusão de povos e nações. A necessidade do estabelecimento constante de marcos e fronteiras à convivência humana, em geral, ainda exige a sobreposição econômica a toda e qualquer dimensão da vida humana, sem que isso seja visto, necessariamente, como algo ruim. A preocupação da política contemporânea é com as máximas de progresso em instância, visando a primazia materialista. Isto quer dizer, em linhas gerais, que atualmente a política é globalmente experimentada induzindo à glorificação da sociedade de consumo, cuja aliança e incentivo à predominância do *animal laborans* – o ser que trabalha e consome sem muito questionar – sobre o *zoon politikon* – que age e pensa integrando um senso comunitário – resultam em um mundo submetido à lógica instrumental que culmina no esvaziamento filosófico e dos mais caros valores humanos.

Há ainda outras vertentes de recepção contemporânea do pensamento de Arendt que questionam se a pensadora teria ou não antecipado o pós-modernismo (já que suas potentes críticas à modernidade expõem a brutalidade e a falta de humanidade meta-histórica moderna); e se seu trabalho seria um exemplo didático do pensamento patriarcal, se opondo de alguma forma à teoria feminista.

No primeiro caso, Arendt seria apontada como precursora do pós-modernismo por assinalar a tentativa filosófica em fundar a política sobre algo absoluto e extramundano – o que é pós-moderno se compreendermos o termo conforme Lyotard (2002), por exemplo, com a experiência da pós-modernidade como decorrente da perda de crenças e visões totalizantes da história, e a prescritiva de ética e conduta à humanidade inteira. No segundo caso, a objeção clássica é o sujeito autônomo destacado por Arendt que, fazendo referência ao modelo da pólis grega, soaria como essencialmente masculino. Além disso, a separação arendtiana entre as esferas pública e privada também prejudicaria de modo peculiar às mulheres, já que o trabalho reprodutivo da esfera privada costuma estar mais subordinado à responsabilidade delas, empurrando, automaticamente, a assunção do papel de indivíduo livre na esfera pública para os homens.

Considera-se, nesse sentido, que tanto o questionamento sobre a antecipação do pensamento pós-moderno, quanto da oposição ao feminismo, são críticas compreensíveis e importantíssimas na esteira da política atual, ainda que nenhuma delas encontre sustentação fixa e indiscutível na análise da obra arendtiana; podendo ser ponderadas, mas sem que se interponham resultados conclusivos.

Todas essas considerações acerca de como Arendt toma a política e como alguns estudiosos contemporâneos tomam o pensamento de Arendt são sopesadas aqui à guisa de introdução. Embora o tema da mentira na política não alcance diretamente esses aspectos do domínio público, acima mencionados, a maneira como a concepção de política em Arendt é divisada por estudiosos de nossa época é relevante para o apontamento sobre o tema e para a melhor compreensão desse fenômeno, como ele se dá em nosso tempo. Arendt defende a pluralidade na cena política, e parece manter a política em uma esfera que não permite o acesso de certos elementos à efetivação do exercício público. No entanto, isso não significa que a pluralidade de vozes e aberturas de mundo defendida pela autora deva resvalar ao obscurecimento da realidade, que é uma das mais perigosas consequências da mentira na política. Hoje, a mentira na política possui ainda mais ferramentas para se passar, como já alertava Arendt, simplesmente, por liberdade de expressão.

As tratativas acima expostas mostram, ainda, que o envolvimento de Hannah Arendt com as abstrações políticas da modernidade tem caráter ideológico-crítico, não limitando a sua Filosofia Política a um mero discurso sistemático. Sua obra possibilita traçar um retrato contemporâneo, no qual muitos de seus exames sobrevivem, se revelando de forma atual e, talvez, ainda mais perigosa e assustadora. Sendo assim, considera-se que a reflexão filosófica acerca do tema da mentira na política em Arendt faz-se em ponto de encontro e articulação entre o subjetivo, o ético e o político, se mostrando capaz de lançar luz sobre o fenômeno da mentira enquanto âmbito próprio de liberdade e ação humanas; e de indicar as condições de aceitação ou não da mentira no espaço público contemporâneo.

À luz dos recentes debates sobre políticas de “pós-verdade”, notícias fraudulentas e “fatos alternativos”, entre outros fenômenos contemporâneos que abrangem a questão da mentira e da verdade na política, o trabalho de Arendt fornece reflexões preciosas e sua análise se revela de grande relevância, podendo contribuir à reivindicação de uma perspectiva crítica aos acontecimentos e perplexidades sociais e políticas presentes, iluminando potencialidades que podem vir a restaurar a dignidade da política. A questão que deriva a partir de sua análise é se o que ela abordou pode nos auxiliar a

lidar com as mentiras na política e na sociedade contemporâneas, ainda que, em nossos dias, a mentira esteja revestida de um novo caráter e sob novas roupagens. Para tentar responder a isso, alguns pontos precisam ser debatidos, como o estudo geral das condições que incorrem com a mentira novamente no centro do debate político contemporâneo, estabelecendo alicerces nas reflexões de Arendt, mas observando tal fenômeno junto à atual sociedade.

## 1. Sobre a Mentira Política: linhas gerais e a Mentira no pensamento político de Arendt

O que seria uma “mentira política”? Uma mentira simplesmente contada por uma figura política seria suficiente para a utilização do termo *mentira política*? Ou seria necessário um contexto político para a definição da mentira na política?

É certo que uma pessoa política não está imbuída desse papel o tempo inteiro e, se uma mentira não responde ao seu personagem público, esta não pode ser considerada uma mentira política. De maneira simplória, então, poder-se-ia dizer que a mentira política se trata de uma categoria especial de mentira, que aplicada em contextos políticos tem a função de manipular as condições epistêmicas ideais a uma discussão sobre o espaço público. Isso diz respeito não somente à veracidade, mas também à coleta e avaliação das informações e argumentos de um debate, tendo a mentira política o poder de alterar de maneira ilegítima as condições de formação de opinião e a tomada de decisão de certos públicos. Logo, é a natureza política de uma afirmação que pode contextualizar uma mentira como sendo mentira política, e a definição tradicional da palavra *mentira* seria muito limitada para servir ao entendimento adequado dos problemas da mentira na política. Ainda que, tanto mentiras ditas *comuns* quanto mentiras de ordem política possam causar danos, o conceito de mentira política parece descrever mais uma *categoria de ação*, soando normativo e lançando sobre si um véu valorativo de natureza epistemológica. Ou seja: à luz dessas reflexões, supõe-se que o conhecimento em jogo no exercício político, definidor por sua vez da relação entre mentira e política, não se limite apenas ao registro de âmbito descritivo, mas que esteja implicado também nos pressupostos práticos, normativos e morais que definem a instituição axiológica de uma comunidade política.

Nesse sentido, Hannah Arendt dedicou muito tempo de sua vida à investigação do que significa totalmente viver uma vida humana em comunidade política. Isso inclui a potência de um indivíduo que pode iniciar

algo novo (o que ela chamou de *natalidade*) e a verificação das possíveis ameaças à dignidade da política – a qual a mentira sistemática é uma dessas ameaças. Embora não questione abertamente a definição tradicional da palavra *mentira* nem faça dela uma análise eidética – que, para a aferição filosófica, talvez fosse importante implicar na existência ou não de distinções significativas sobre a categoria de mentira política em relação à mentira comum, – Arendt parece concordar apenas em termos com a adoção da definição geral da palavra, uma vez que esta não atende à especificidade da atividade política. Para ela, a mentira política trata da mendacidade deliberada que se relaciona com os fatos contingentes ou ao que ela chama de “verdades fatuais”. Ou seja, para Arendt, a mentira política consistiria, então, da omissão, falsificação, manipulação e ou deturpação dos fatos deliberadamente, em favor de interesses privados. E, destacando ainda, que a política historicamente fora um lugar de privilégio à mentira, Arendt invoca até mesmo uma suposta legitimação do instrumento de mentir, indagando sobre o seu significado na dignidade do campo político, de um lado, e sobre a dignidade da luz da verdade, por outro, o que nem sempre é bem aceito ou bem compreendido por seus críticos.

A análise fenomenológica de Arendt acerca da mentira revela a fragilidade da verdade no espaço político com particular ênfase em sua fraqueza estrutural. Contemporaneamente, os novos fenômenos manifestos por meio de notícias fraudulentas, propaganda populista, o recente neologismo “pós-verdade” e outras expressões da mentira na política podem ser melhor assimilados com a compreensão da perspectiva arendtiana sobre esse fenômeno. Existem diversas condições políticas e sociais para o surgimento das novas formas de mentira na política, e dadas as limitações da reconstrução histórica de uma análise conceitual, é possível, ao menos, perpassar em revista como alguns pensadores significaram as mentiras legadas pela tradição filosófica, sob a intenção de compreender a reivindicação mentirosa contemporânea, e depois se aprofundar no exame atento do pensamento de Arendt.

A palavra *mentira* tem origem no latim *mentire*, derivada de *mens*, mente, com o significado de *inventar*, podendo também designar a atividade do pensamento. Com essa aproximação etimológica, pode-se sublinhar seu potencial destrutivo no interior da política. Entre outros pensadores que se debruçaram de alguma forma sobre o assunto, destaca-se o pensamento de Maquiavel. O filósofo florentino justifica não só a mentira, como também a violência, como formas legítimas de dominação em defesa da república. O uso de mentiras para Maquiavel tinha um lugar estratégico no governo e

preservação do Estado, em se tratando de beneficiar a estabilidade política. Segundo Tchir (2018), Arendt compartilha muito com Maquiavel. Ela defende uma política cujos princípios orientadores são imanentes à ação, não metafísicos ou naturais, e, como Maquiavel, Arendt celebra o virtuosismo da grande ação política e discurso que serve para estabelecer ou aumentar as bases da tradição pública de uma comunidade política. Entretanto, Arendt difere de Maquiavel em aspectos importantes, como sua rejeição de uma política que concebe o ser humano principalmente como *homo faber* e dominado pela racionalidade instrumental<sup>3</sup> (TCHIR, 2018, p. 84).

Já no mundo antigo, Aristóteles observou que é o uso da palavra que nos torna humanos, e é a partir deste uso que existe o entendimento – e seu pensamento é apoiado por Montaigne. Sendo assim, a Aristóteles, a mentira pode ser vista como um vício capaz de impedir ou entrever obstáculos a esse necessário entendimento. Baldassare Castiglione, em seu livro *O Cortesão* (1528), verifica a dissimulação como um comportamento normativamente cortês; e no que tange à tradição filosófica, importa mencionar Santo Agostinho e Kant.

Para o primeiro, nenhuma mentira poderia ser aceita, enquanto o segundo decreta o mesmo rigor acerca da mentira no tocante à política e à metafísica, verificando o teor sempre prejudicial da mesma à humanidade. Ainda que um potencial assassino perguntasse pelo paradeiro de sua futura vítima, o interlocutor deveria lhe dizer a verdade (KANT, 1986, p. 63). Para Santo Agostinho, pensar em algo que se acredita ser verdadeiro e expressar o inverso, o que acredita ser falso; e a intencionalidade e ou desejo de enganar, são as duas condições essenciais associadas à mentira (SANTO AGOSTINHO, 1954, pp. 533-535). Nesse sentido, apenas a afirmação consciente do que se acredita ou se sabe ser verdadeiro estaria dentro desse propósito de não incorrer em mentir. Já Leo Strauss separa a verdade do filósofo, isto é, a verdade dos governantes, mitos e ilusões, da religião e da moral reservados e apropriados às massas (STRAUSS, 1959).

Quanto ao desenvolvimento do tema da mentira em Arendt; embora tenha trabalhado arduamente sobre uma forma total de poder que usa a propaganda como esteio desde muito antes, em *Origens do Totalitarismo* (1951), os ensaios em que ela trata mais fortemente dos temas afeitos à mentira e à

<sup>3</sup> "Indeed, Arendt shares much with Machiavelli. (...) Arendt espouses a politics whose guiding principles are immanent to action, not metaphysical or natural, and, like Machiavelli, she celebrates the virtuosity of great political action and speech that serves to establish or augment the foundations of a political community's public tradition. (...) However, Arendt differs from Machiavelli in important ways, namely her rejection of a politics that conceives of the human being primarily as *homo faber*, and dominated by instrumental rationality." (TCHIR, 2018, p. 84)

política são *Verdade e Política* (1967) e *A Mentira na Política: Considerações sobre os documentos do Pentágono* (1971). Arendt é levada a se dedicar à dimensão existencial-filosófica da mentira como fenômeno político especialmente pelo julgamento de Adolf Karl Eichmann, em 1961, em Jerusalém, e o seu relatório a respeito do mesmo<sup>4</sup>. Em 1967, ela se debruça, então, sobre o tema, em resposta às controvérsias que o seu relatório<sup>5</sup> sobre o julgamento de Eichmann causou – ou, como prefere a autora, “desencadeou” (ARENDDT, 2004, p. 79). No livro (*Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal*), Arendt expunha o oficial da Gestapo<sup>6</sup> no comando da Segurança do Reich, e cuja responsabilidade era organizar as evacuações e deportações em massa de judeus para campos de concentração e extermínio, como um mero burocrata: uma pessoa que agira não por estupidez, mas por *irreflexão*; desprovido de criticidade e de ponderação sobre as consequências de seus atos, que agira por um dever profissional, e por isso se acreditava isento de responsabilidade e culpa. Arendt argumenta que, tampouco, o acusado era provido de convicções ideológicas ou políticas. Mas, seu relatório ocasiona intensos debates, e ela enfrenta forte oposição às suas alegações, uma vez que prevaleceu no julgamento de Eichmann e de outros criminosos de guerra não somente o tribunal jurídico sobre seus crimes, mas também um tribunal moral, visto que essas pessoas não eram criminosas comuns, mas “antes pessoas comuns que tinham cometido crimes com mais ou menos entusiasmo, simplesmente porque fizeram o que lhes foi mandado” (ARENDDT, 2004, p. 122). Duramente criticada, Arendt é acusada de interpretar mal os fatos e de deturpar seu próprio povo. Embora, no início, ela tenha preferido não se manifestar publicamente – entre as razões, acreditar que o subtítulo do livro era autoexplicativo; a percepção de que muitos de seus críticos compreenderam erroneamente o que ela escrevera, ou não se debruçaram sobre seus escritos com um esforço cuidadoso de interpretação, – a nota de rodapé do ensaio *Verdade e Política* (1967) revela que Arendt acabou ficando preocupada, especialmente com o aspecto mentiroso em torno das “controvérsias”. Por essa razão, a autora infere sobre a necessidade de elaborar um argumento sobre a fragilidade do que seus observadores disseram sobre ela, bem como sobre a verdade e a mentira e suas possíveis implicações políticas.

---

<sup>4</sup> No contexto da obra *Verdade e Política*, Arendt parte da polêmica verificada a partir da cobertura do julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém para o New Yorker, havendo participação decisiva da mídia na quantidade de mentiras reproduzida em torno dos fatos que ela mencionou em seu relatório.

<sup>5</sup> A publicação do relatório do julgamento de Eichmann, por Arendt, primeiro se deu como uma série de artigos na *New Yorker*, e só depois como um livro.

<sup>6</sup> Polícia especial do Regime Nazista.

Na recente publicação da correspondência de Arendt com o jornalista Samuel Grafton, presente em *The Jewish Writings*<sup>7</sup> (2007), ela parece convencida de que o mal-estar generalizado que seu livro alcançou não dizia respeito necessariamente a um mal-entendido, mas a mentiras que surgiram de forma não aleatória: “Em minha opinião, o que aconteceu foi um esforço conjunto e organizado em criar uma “imagem” e substituir essa imagem pelo livro que eu escrevi”<sup>8</sup> (ARENDDT, 2007, p. 476). Suas conclusões são a de que “distorções voluntárias e falsificações definitivas podem ser eficazes se forem organizadas e massivas”<sup>9</sup> (o que, depois, ela parece considerar como sintoma de um fenômeno que surge, então: a mentira organizada<sup>10</sup>), e de que, em seu caso, ela não feriu apenas “sensibilidades”, mas interesses pessoais que antes desconhecia<sup>11</sup> – ou seja, a reação aos seus escritos seria “algo mais do que mal-entendidos honestos” (ARENDDT, 2004, p. 79).

Partindo da análise desenvolvida por Arendt, portanto, em *Verdade e Política*, e sua abordagem acerca do uso de mentiras na esfera pública, a autora analisa que parece haver uma linha determinante entre a verdade e a política, o que as tornaria quase incompatíveis. Nesse aspecto, destaca-se o descrédito da veracidade junto à condução das organizações públicas, como se a mentira fosse privilegiada no que tange às relações políticas, elevando mentira e desonestidade à posição de armas fundamentais do ofício político. Essa é uma indagação que, aliás, abre o ensaio, mas que é tomada por muitos estudiosos como posição fundamental de Arendt. Uma vez que ela postula que a política é um local privilegiado à mentira, citando mais de uma vez essa colocação, muitos sustentam Arendt como fundamentalmente antiverdade no espaço público. Em *Verdade e Política*, Arendt observa que a mentira sempre foi vista como um instrumento necessário à atividade de políticos, demagogos e estadistas (ARENDDT, 2016, p. 283) e, em *A Mentira na Política*, ela escreve sobre os *arcana imperii* – os segredos de governo; – além de mencionar a

<sup>7</sup> No Brasil, o livro recebeu o nome de *Escritos Judaicos*.

<sup>8</sup> “What then happened, in my opinion, was a concerted and organized effort at creating an “image” and at substituting this image for the book I had written” (ARENDDT, 2007, p. 476). Tradução livre.

<sup>9</sup> “Such willful distortions and outright falsifications can be effective if they are organized and massive” (ARENDDT, 2007, p. 477).

<sup>10</sup> O conceito de *mentira organizada* ou *mentira moderna* parece ter se originado com Alexandre Koyré. Seu artigo publicado em 1943, em Nova York, na revista *Renaissance da École Libre des Hautes Etudes*, com o título *Reflexions sur le mensonge*, foi republicado em junho de 1945 em *Contemporary Jewish Record*, sob o título *The Political function of the modern lie*. Arendt lista o ensaio de Koyré na bibliografia de *Origens do Totalitarismo*, publicado pela primeira vez em 1951. Dessa forma, não resta dúvida de que Arendt leu o ensaio de Koyré antes de escrever seus ensaios sobre a mentira e a verdade na política.

<sup>11</sup> “I conclude that I hurt not merely “sensitivities” but vested interests, and this I did not know before” (*Ibidem*).

respeito do engano, da falsidade deliberada e de mentiras puras sendo usadas como meios legítimos à consecução de fins políticos. Desse prisma, no qual a verdade é posta em xeque e ou esquecida, a análise de Arendt parece localizar a mentira, em um primeiro momento, como ferramenta necessária e justificável ao exercício político; mas, a um exame mais detalhado, é possível questionar essa aparente aceitação dela da mentira no interior da política. Essa análise, no entanto, é demasiado longa para caber nessas reflexões, e merece mais elaboração do que permite o espaço que temos disponível nesse momento.

Sendo assim, então, Arendt diferencia entre mentiras tradicionais e o que ela chama de mentira organizada ou moderna. Ela destaca, entre um e outro tipo de mentira, a passagem da ocultação à destruição como diferença substancial, e vê isso como um sinal dos tempos modernos. No que tange à efetividade da mentira, portanto, a eficácia das mentiras políticas modernas constitui-se no fato de que estas apontam para coisas que não são, necessariamente, secretas, mas já conhecidas por todos; ao contrário das mentiras políticas tradicionais, que visavam a ocultar algo (ARENDDT, 2016, p. 311). A advertência de Arendt dirige-se às formas de ação: uma afirmação falsa carrega consigo o objetivo de não só modificar a realidade, mas também de reescrever/revisar a História perante àqueles que a vivenciaram e, conseqüentemente, mudar o mundo. Isso significa que ela permite a manipulação da verdade fatural em larga escala, contando com a disposição dos meios de comunicação em criar e falsificar imagens e tornar um “não-fato” em realidade ao divulgá-lo maciçamente.

A mentira moderna ou organizada é tida por Arendt como um fenômeno relativamente novo de “manipulação em massa de fatos e opiniões” (ARENDDT, 2016, p. 311). Ela opera, principalmente, junto às verdades de fato, já que a possibilidade de verificação objetiva da verdade racional é capaz de limitar a finalidade enganadora. A mentira organizada é localizada por Arendt tanto em regimes totalitários como em governos cujo monopólio de decreto e decisão sobre os elementos fatuais não estão estabelecidos, sempre visando a demonstrar que a mentira potencializa certo distanciamento da realidade, cuja linha divisória entre o que é real e o que é fictício é apagada. Dessa forma, voltada à verdade fatural, o que esse tipo de mentira evidencia é a reescrita da História e a “criação de imagens de toda espécie” (*Idem, Ibidem*). Tal “criação de imagens” trata de que todo o fato estabelecido pode ser negado ou negligenciado, ou até mesmo tomado como mera opinião. Afinal, “não existe marca visível que distinga a verdade da opinião” (ARENDDT, 2010b, p. 53). A criação de imagens opera por meio de técnicas modernas e com a ajuda dos meios de comunicação de massa (ARENDDT, 2016, p. 312), e o poder desses

meios de comunicação também é sublinhado por Arendt como fator fundamental ao surgimento e disseminação da mentira organizada. Para a conveniência de indivíduos particulares ou grupos, a mentira organizada produz “efeitos de verdade” que criam, derivam e sustentam novas realidades e novas “verdades” em virtude dos simples atos de fala ou, contemporaneamente, de novos fenômenos, como a divulgação em massa de notícias fraudulentas.

Para compreender o impacto que as novas formas da mentira na política podem alcançar, sublinhamos a importância de conceituar fatos e opiniões a partir do pensamento de Hannah Arendt. Para Arendt, fatos e opiniões não são antagônicos, mas inter-relacionados. Os fatos têm o papel de informar as opiniões, enquanto as opiniões buscam se legitimar a partir da verdade fatural. Logo, a principal distinção entre ambas é que, ainda que elas pertençam ao mesmo domínio – que oferece certa contingência e fragilidade, uma vez que os fatos dependem de testemunho e interpretação – o conteúdo básico dos fatos não deve estar sujeito a alterações – e isso mesmo que cada geração possua o direito de dar a sua própria abordagem perspectivista interpretativa. Fatos não deveriam se alterar, não obstante os diversos pontos de vista que a imaginação de um indivíduo possa representar em seu processo articulatório opinativo. Em essência, a verdade fatural não deveria estar aberta à persuasão e à competição do debate, ou a qualquer outro tipo de consentimento. Em suma, uma das principais questões que se coloca em jogo no que tange à redução da verdade fatural a “apenas mais uma opinião” é a própria permanência de mundo, tão bem lembrada e defendida por Arendt. É preciso um mundo comum que una não somente aqueles que vivem de forma coeva, mas também aqueles que viveram antes e aqueles que viverão depois, assegurando a existência de um mundo duradouro. Sem isso, nenhuma atividade interpretativa sequer faria sentido. Dessa forma, a mentira na política, suas formas contemporâneas e, especialmente, as tentativas de transformar fatos em opiniões, implicam justamente sobre a durabilidade de um mundo comum. Tanto a preservação de estabilidade de um mundo comum como o enfrentamento da realidade, dependem não somente da reunião de iguais imediatos em um espaço público de ação e fala, como também de que o mundo que integram seja tido como comum a seus ancestrais e gerações vindouras. Essa permanência só pode ser atestada por meio da verdade fatural, da sua preservação e por sua salvaguarda, pois como Arendt nos lembra, os fatos constituem “a verdadeira textura do domínio político” (ARENDDT, 2016, p. 287).

Para finalizar nossas considerações iniciais, acrescenta-se que mentir em democracias é um ato praticado por meio de ferramentas consideradas democráticas, tais como o poder estatal, grupos de *lobby*, a indústria farmacêutica, grupos midiáticos, entre outras formas socialmente aceitas e não obviamente suspeitas. Dessa maneira é que se destaca, ainda, a grande importância de se ater às formas contemporâneas da mentira na política, que conta agora com novas ferramentas, capazes de promover ainda mais confusão e desorientação da realidade.

## **2. A mentira na política e suas novas ferramentas na contemporaneidade**

Como marca do contemporâneo, o uso de mentiras parece atravessar um limite assombroso, cruzando fronteiras que Arendt não poderia prever. Não sendo mais apresentadas pelos governos em nome de um suposto bem comum, as mentiras na política de agora são praticadas não somente por políticos profissionais, mas também por certos nichos da população, buscando alterar o equilíbrio de poderes e destruir o senso de realidade, sem que se prime pela busca e defesa da verdade ou por seu caráter esclarecedor. Um dos maiores objetivos, nesses casos, tanto de políticos como de grupos específicos da população, são o de atacar aquilo que é fatural, diante de sua tessitura rúptil, e causar confusão à formação de opiniões e juízos ao obnubilar a própria realidade. Atacar, pôr em dúvida ou abalar a realidade dos fatos, criando um ambiente de constante insegurança e tensão, são propósitos centrais da mentira na política. Tendo por pano de fundo elementos como a fragilidade da verdade fatural em relação à mentira, o desenvolvimento de tele-tecno-mídias e a urgente troca de informações em tempo real, o contemporâneo fornece condições de nascimento a novos fenômenos e a novas formas de mentira, testemunhando a formação de grupos de opinião de dimensão e alcance nunca antes verificados.

Em uma acepção contemporânea, portanto, a mentira na política se utiliza de novo ferramenta. Se, nos regimes totalitários ela era praticada de forma escancarada; em nosso tempo, temos lideranças políticas com recursos para empregar técnicas em mídias sociais capazes de negar a verdade fatural – marcada por fatos contingentes – e espalhar mentiras, criando um mundo fictício de “fatos alternativos” e reduzindo a verdade de fato a apenas mais uma opinião. Além disso, há o agravante de que hoje a informação não é apenas transmitida pelos meios de comunicação de massa tradicionais, como rádio, televisão e imprensa em geral, mas também replicada e compartilhada

em alta velocidade por diversos outros meios, tais como dispositivos eletrônicos, redes sociais e plataformas *web*, podendo chegar a qualquer um que disponha de um aparelho com acesso à internet, e esse fato novo dificulta a responsabilização de pessoas ou grupos pela palavra dita ou pela informação que é espalhada.

Os perigos que se escondem em apresentar algo potencialmente falso como algo verdadeiro consiste que, em se tratando de política, novas “verdades” e realidades podem se originar a partir da simples enunciação de não-verdades e não-fatos, implicando o condicionamento discursivo, e até mesmo histórico, de verdades e mendacidades. Isso indicia a gradual substituição dos fatos de maneira patente e deliberada, sustentadamente no tempo, fazendo com que a verdade de fato possa ser “esquecida”, isto é, *manipulada*, gradativamente. O questionamento dirigido por Arendt, “o que impede essas novas estórias, imagens e pseudofatos de se tornarem um substituto adequado para a realidade e a faturalidade?” (ARENDR, 2016, p. 313) é, assim, completamente atual e inquietante.

Arendt não poderia ter antecipado as mídias que agora temos; e, muito menos, a maneira como a Internet ou as novas inúmeras formas de disseminação da (des)informação que a contemporaneidade oferece, atuariam, justamente, para espalhar informações falsas, desfaturalizações e mentiras deliberadas em massa. A tecnologia agora existente possibilitou a proliferação de mentiras e desinformações, as viabilizando de diversas maneiras, sob novas roupagens e ferramentas. Todavia, por suas fecundas e sensíveis análises do fenômeno totalitário, das mentiras nos documentos do Pentágono e da verdade em relação à política, Arendt já preconizava como a tecnologia guarda potencial tanto para disseminar quanto para retificar a veiculação de mentiras; e estava ciente de como essas mentiras atuam para comprometer o senso de realidade compartilhado e, até mesmo, como podem visar à reescrita da história.

Nesse mesmo sentido, em vertentes que dialogam com a concepção da mentira na política em Arendt, uma série de teóricos e pensadores atuais vêm se debruçando sobre os novos fenômenos e manifestações contemporâneas da mentira, que restam compilados abaixo alguns dos que se destacam. Aqui, se introduz brevemente cada novo fenômeno que envolve a mentira na política, buscando apresentá-lo de acordo com seu surgimento.

Eis, portanto, algumas das ocorrências contemporâneas por meio das quais a mentira na política atua e as suas possíveis consequências:

1. Contra-verdade (*contré-verité*): Esse conceito aparece no texto *História da Mentira: Prolegômenos*, de Derrida (1996), em que ele visa a desenvolver uma história da mentira, confrontando o pensamento de Arendt e apresentando a contra-verdade como uma mentira que visa a um *efeito de verdade* para justificar uma opinião ou preconceito. Derrida explora a concepção de contra-verdade como uma forma de mentira que pode, inclusive, “se tornar verdade” pela afirmação junto a autoridades ou peritos no assunto, ou ainda, pela veiculação midiática maciça. Ela surgiria em motivação de conclusões precipitadas, prejudgamentos ou a urgência em confirmar as próprias premissas sem procurar saber mais a respeito antes de tornar as conclusões públicas. A contra-verdade, portanto, não se trataria apenas de uma “inverdade”, sugerindo, antes, um fenômeno mais complexo entre os conceitos usuais de verdade e de mentira. Isso porque, como coloca Derrida, nem toda afirmação incorreta pode ser qualificada de mentira (DERRIDA, 1996, p. 24), e, segundo La Caze (2017), “existem muitos meios pelos quais podemos ser menos do que verdadeiros” (LA CAZE, 2017, p. 201).

2. Bullshitting<sup>12</sup>: Esse termo cunhado por Harry Frankfurt em 2005 foi, possivelmente, o primeiro conceito a se destacar para um tipo de manifestação contemporânea da mentira na política, em uma série de conceitos subsequentes, que viriam a nomear fenômenos similares. O “*bullshitter*” é diferente do mentiroso comum, pois enquanto o mentiroso conhece a verdade e desvia a atenção dela distorcendo os fatos, o *bullshitter* não se importa com a distinção propriamente existente entre fatos e verdade – ou seja, os fatos não importam para ele. Enquanto o mentiroso pode analisar palavras, criar distrações e novas narrativas tendo o conhecimento do que é a *verdade de fato*, o *bullshitter* costuma ser desleixado com a fatualidade e pode inventar fatos que sejam convenientes para ele durante uma discussão, por exemplo. Diz Waisbord (2018):

Ele [o *bullshitter*] faz afirmações extemporâneas porque não se importa com a verdade ou com as falsidades. Ele é desleixado com os fatos porque não está interessado em descrever a realidade rigorosamente, em maquiagem as mentiras como reais ou em usar fatos convenientes e fabricados para ganhar confiança e credibilidade. Os fatos realmente não importam para ele. Ele seleciona e inventa

---

<sup>12</sup> Termo ainda sem tradução oficial para a língua portuguesa.

fatos que podem se adequar a ele em um momento específico, apenas para esquecê-los e ignorá-los mais tarde. (WAISBORD, 2018, p. 13, tradução livre)<sup>13</sup>

Dessa forma, fica patente que essa artimanha da mentira na política se utiliza do desprezo por fatos e pela matéria fatural como importante ferramenta.

3. Pós-Realidade: essa expressão foi utilizada por Peg Birmingham em 2012 para descrever uma realidade que vai além da crença tradicional em uma realidade objetiva com a sua reivindicação de verdade fatural. Birmingham traz em seu artigo *Why are we so matter of facts about the facts?*, daquele ano, a menção a um artigo de jornal alemão que utiliza a expressão *pós-realidade* para declarar que “os oponentes de Bush ainda acreditam nos fatos e esse é o seu ponto fraco”; e, ainda, que a recusa de George Bush em reconhecer a existência da verdade fatural o tornava o primeiro presidente estadunidense *pós-moderno*, afinal: “tanto em [o mandato de] Bush quanto no pós-modernismo a realidade é performativa”, ou seja, a realidade não consiste em verdade fatural, sendo constituída, em síntese, a partir do discurso, da ação e da *criação da própria realidade*, como destacado na citação de um conselheiro do presidente George W. Bush<sup>14</sup> mencionada no artigo.

4. Firehosing (ou *Propaganda Russa*): Em 2016, época da eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, foi a época em que vimos florescer o maior número de conceitos que viriam a descrever as táticas e manobras da mentira na política. Além da *pós-verdade*, – palavra do ano de 2016, segundo o dicionário Oxford; – também são desse ano os neologismos *Firehose* e *Pós-Fatos*, que seriam seguidos por *Fatos Alternativos* no ano seguinte. *Firehose*, *Firebosing* ou *Propaganda Russa* é uma ferramenta de disseminação de informações falsas que, como a mangueira dos bombeiros – (em inglês, *firehose*) – jorra um grande volume de mensagens, que são disparadas por diferentes canais, em ritmo ágil, repetitivo e contínuo, tendo o intuito de entreter,

---

<sup>13</sup> “The bullshitter, in contrast, simply does not care about the distinction between facts and truth. He makes extemporaneous statements because he does not care about truth or falsehoods. He is sloppy with facts because he is not interested in describing reality rigorously, in masquerading lies as real, or using convenient and fabricated facts to gain trust and credibility. Facts really do not matter to him. He haphazardly selects and invents facts that might suit him and credibility. Facts really do not matter to him. He haphazardly selects and invents facts that might suit him in a specific moment only to forget and ignore them later.” (WAISBORD, 2018, p. 13)

<sup>14</sup> Segundo Birmingham, o artigo de jornal alemão cita uma declaração de um conselheiro de George W. Bush: “We are na Empire and when we act we create our own reality... We are the actors of history, and we can therefore do whatever we want” (BIRMINGHAM, 2012, p. 65).

confundir e cansar os receptores; além de dar maior credibilidade às informações disparadas, já que elas vêm de diferentes fontes. A Propaganda Russa tornou-se popular a partir de um documento da Rand Corporation (2016), que aponta a técnica de *firebosing* como central ao sucesso da disseminação de informações falsas, confundindo e comprometendo a realidade objetiva.

5. Pós-fatos: A expressão “pós-fatos” foi utilizada por Peter Pomerantsev (2016), importante crítico da propaganda autoritária contemporânea, para se referir ao contexto de que políticos que contam mentiras ao mundo não estão *apenas mentindo*, “mas dizendo que a verdade não importa”. De acordo com Pomerantsev, políticos e mídia sempre mentiram, mas agora vivemos em um mundo em que a mensagem transmitida é a de que “não importa mais se eles dizem a verdade ou não – o que eles nos transmitem é que a verdade não importa”. (POMERANTSEV, 2016)

6. Fatos Alternativos: Utilizada pela primeira vez em 2017, pela conselheira do presidente estadunidense Donald Trump, Kelly Conway, a expressão “fatos alternativos” representa a tentativa de substituir argumentos fatuais por afirmações que não podem ser comprovadas, influenciando o debate público. Conway defendeu uma declaração falsa de Trump alegando que a mesma se tratava de um fato alternativo.

7. Descaso Epistêmico (*Epistemic Insouciance*): Cassam (2018) utilizou a expressão “descaso epistêmico” para se referir à falta de seriedade intelectual em um debate, como uma despreocupação descontraída com os fatos, ou certa indiferença se o que se diz tem base na realidade ou não, se é suportado pelas evidências disponíveis ou não. Para Cassam, tal forma particular de descaso pode ocorrer involuntariamente, podendo incorrer em um vício epistêmico, e sua análise também leva em conta posturas epistêmicas em relação a objetos não-epistêmicos.

8. Guerra Híbrida: definida como uma estratégia militar que mescla diversas táticas de guerra como métodos de influência, sendo uma delas a desinformação. Podemos dizer também de uma guerra não tradicional, em que, também por isso, ninguém pode ser responsabilizado.

9. Pseudoconservadorismo e apelo às emoções: Por fim, pode-se falar ainda no pseudoconservadorismo e no apelo às emoções como outras táticas

que emulam a mentira na política contemporânea, utilizadas especialmente para manipulação do debate. De acordo com Zhavoronkov (2018), o período entre as duas guerras mundiais viu grandes crises políticas, jurídicas e culturais; e, entre elas, estava a crise do conservadorismo político e social (cotidiano), que resultou em sua substituição gradual, ou substituição por imitações, que Adorno, mais tarde, no livro sociológico *A Personalidade Autoritária*, de 1950, chamou de “pseudoconservadorismo”. Entre as características do pseudoconservadorismo, destaca-se que ele não opera com o *status quo* atual, mas com um anterior, ou com um construto totalmente fictício, que se apresenta como realidade histórica. É extremamente reativo e busca reviver elementos isolados de tradições passadas e/ou dar-lhes um significado novo. Zhavoronkov destaca, ainda, o pseudoconservadorismo como sintoma de uma crise de julgamento na esfera pública contemporânea. Ele atribui o apelo às emoções para a formação da opinião a um modelo de ação pseudoconservador, no qual a pluralidade de opiniões, preconizada por Arendt, é substituída pela ausência de alternativas, justificada por referências à situação de crise e pela necessidade de ação imediata, sem discussão preliminar (ZHAVORONKOV, 2018, p. 154)<sup>15</sup>. Um dos principais instrumentos do pseudoconservadorismo, portanto, seria minar o diálogo público em que todas as partes podem ser ouvidas. O pseudoconservadorismo distorce a ideia de diálogo e incita outras partes, que representam “opiniões alternativas”, a usar as mesmas táticas emocionais para confundir ainda mais a elas mesmas e ao público em geral. Dessa forma, esse fenômeno se esforça em igualar fatos reais e fatos falsos, bem como em nivelar argumentos sólidos com argumentos sem base alguma (Idem, p. 151)<sup>16</sup>. Seu apelo às emoções, nesse sentido, particularmente àquelas emoções associadas ao patriotismo, ao invés de fatos, está em consonância com as tendências atuais da política de pós-verdade, comprometendo de várias maneiras a articulação de *dócsai*.

Isto posto, uma das preocupações de Arendt em seu relato sobre a mentira e a verdade na política é que “a história contemporânea está repleta de exemplos em que os que diziam a verdade fatural eram considerados mais perigosos e até mesmo mais hostis que os verdadeiros adversários” (ARENDDT, 2016, p.

---

<sup>15</sup> “In pseudo-conservative models of action, the plurality of opinions Arendt advocates is replaced by the absence of alternatives that is justified by references to the crisis situation and the necessity for immediate action without preliminary discussion.” (ZHAVORONKOV, 2018, p. 154)

<sup>16</sup> “Instead of choosing between several possibilities with the help of our faculty of judgement (in the Kantian and Arendtian sense), it strives to equalize real and fake facts as well as sound and baseless arguments while promoting its own theoretically and practically inconsistent strategy as a unique remedy against the current crisis of tradition.” (Idem, p. 151)

315). Quando se pode combater tudo o que é dito como se fosse apenas outra opinião, a preservação das verdades de fato assume papel imprescindível. Nesse caso, o simples ato de dizer a verdade se tornaria uma ação política, como Arendt argumenta, pois, onde uma comunidade embarca na mentira organizada por princípio, e não apenas em relação a assuntos específicos, a veracidade pode se tornar um fator de primeira plana. O potencial dessas mentiras de amplo alcance em comprometer nosso senso de realidade e de reescrever a própria história foram insistentemente alertados por ela, pois uma vez que essas ameaças não integravam o rol de possibilidades que a mentira tradicional oferecia, elas se caracterizam como novos e assustadores prenúncios.

Apesar de tudo, o conjunto do pensamento político de Hannah Arendt conserva sua fé na política. Ela alimenta em sua obra o otimismo e a esperança do surgimento de um mundo novo, com possibilidades de mudança na esfera dos assuntos humanos. No entanto, é importante destacar que, diante da mentira na política, Arendt se apresentou muito lúcida também acerca dos temores e preocupações capazes de distanciar essa expectativa no novo, pois a capacidade de inventar fatos e construir realidades paralelas remete sempre à sombra do contexto totalitário, em que, como ela examinou, tudo se mostra possível. Desse modo, ainda que não se possa esperar do reino da política uma verdade em termos absolutos, a preservação da verdade fatural e a coragem em dizer a verdade são, em si mesmos, aspectos políticos de primeira grandeza, visando a busca pelo testemunho idôneo de fenômenos históricos, quer sejam ou não políticos, e a possibilidade de garantia e permanência de um mundo comum, já que sem o reconhecimento das verdades fatuais, sequer haveria um mundo a ser sacrificado.

## Referências

- ADORNO T. W; FRENKEL-BRUNSWIK E.; LEVINSON D.; SANDFORD N. *The Authoritarian Personality*. New York: Harper & Brothers, 1950.
- AGUSTIN, S. “De Mendacio” e “Contra Mendacium”. In: *Obras de San Agustín: tratados Morales*, v. 12. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1954.
- ARENDDT, H. *Eichmann em Jerusalém*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Responsabilidade e julgamento*. Tradução de Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

- \_\_\_\_\_. “Answers to Questions Submitted by Samuel Grafton”. In: *The Jewish Writings*. New York: Schocken Books, 2007, p. 472-484.
- \_\_\_\_\_. *A condição humana*. 11.ed. Tradução de Roberto Raposo, revisão técnica: Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.
- \_\_\_\_\_. *A promessa da política*. 3.ed. Tradução de Pedro Jorgensen Jr., organização e introdução: Jerome Kohn, revisão técnica: Eduardo Jardim. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010b.
- \_\_\_\_\_. *Origens do Totalitarismo*. 4.ed. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. 8.ed. Tradução de Mauro W. Barbosa. Coleção Debates – No 64. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Crises da República*. 3.ed. Tradução de José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- ARISTÓTELES. *Política*. 3.ed. Tradução de Mario da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- BEINER, R. “Rereading “Truth and Politics””. In: *Philosophy and Social Criticism*, n. 34 (1-2), p. 123-136, 2008.
- BIRMINGHAM, P. “Why are we so matter of fact about the facts?”. In: *HA: The Journal of the Hannah Arendt Center for Politics and Humanities at Bard College*, v. 1, p. 65-80, 2012.
- BUCCI, Eugenio. “Pós-política e corrosão da verdade”. In: *Revista USP*, n. 116, p. 19-30, 2018.
- CASSAM, Q. “Epistemic Insouciance”. In: *Journal of Philosophical Research*, v. 43, p. 1-20, 2018.
- CASTIGLIONE, B. *O Cortesão*. Tradução de Carlos Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CONNOLLY, W. *Identity/Difference: democratic negotiations of political paradox*. Mineapolis/Londres: University of Minnesota Press, 1991.
- DERRIDA, J. “*História da mentira: prolegômenos*”. In: *Estudos Avançados*, v.10, n.27, p. 7-39, 1996.
- FRANKFURT, Harry G. *On Bullshit*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- HEUER, W. “The temptations of Lying”. In: *Russian Sociological Review*, vol. 17, no. 4, 2018, p. 25-36.
- HONIG, B. *Political theory and the displacement of politics*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.
- KANT, I. *Critique de la faculté de juger*. Paris: J, Vrin, 1986.

\_\_\_\_\_. “Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade”. In: *Immanuel Kant: textos seletos*. 5.ed. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. *Crítica da faculdade do juízo*. 2.ed. Tradução de Valério Rohden e Antonio Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

KOYRÉ, A. “Reflexões sobre a mentira”. Tradução de Caio Souto. In: *Ipseitas*, São Carlos, vol. 5, n. 1, p. 119-132, jan-jun 2019.

LA CAZE, M. “It’s easier to lie if you believe it yourself: Derrida, Arendt and the Modern Lie”. In: *Law, Culture and the Humanities*, v. 13, n. 2, p. 193-210, 2017.

LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. 7.ed. Tradução de Ricardo Correa Barbosa. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2002.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Coleção Os Pensadores, vol. 9).

MONTAIGNE, M. *Ensaíos*. São Paulo: Abril Cultural, 1972 (Coleção Os Pensadores, vol. 11).

POMERANTSEV, Peter. *Why we’re Post Fact*. Granta. Essays & Memoir. 20th July 2016.

STRAUSS, L. *What is political philosophy?* Chicago & London: University of Chicago Press, 1959.

TCHIR, T. “Hannah Arendt’s Ethic of Responsibility to the “Who” and the “World””. In: *Russian Sociological Review*, vol. 17, n. 4, 2018, p. 70-87.

VILLA, D. “Beyond Good and Evil: Arendt, Nietzsche, and the Aestheticization of Political Action”. In: *Political Theory*, Vol. 20, n. 2, p. 274-308, 1992.

\_\_\_\_\_. “Democratizing the Agon: Nietzsche, Arendt, and the agonistic tendency in recent political theory”. In: SCHRIFF A. D. (ed): *Why Nietzsche Still? Reflexions on Drama, Culture and Politics*. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 2000, p. 224-246.

WAISBORD, Silvio. *The elective affinity between post-truth communication and populist politics*. Australian and New Zealand: Communication Research and Practice, 2018. p. 1-18.

ZHAVORONKOV, Alexey. *Nililism and the Crisis of Tradition: Arendt and Contemporary Radical Conservatism*. In: *Russian Sociological Review*, v. 17, n. 4, p. 144-157, 2018.

Email: kelly.janainassilva@gmail.com

Recebido: 03/2024

Aprovado: 03/2024